

DA TRANSIÇÃO À TRANSVIVÊNCIA: diferença e resistência nas travessias transgêneras¹ FROM TRANSITION TO TRANSVIVENCE: difference and resistance in transgender crossings

Alê Teixeira Primo ²

Resumo Este artigo apresenta o conceito de transvivência como operador teórico para compreender transformações existenciais que ultrapassam a noção de "mudança". Fundamentado em bases científicas (termodinâmica, biologia, psicologia) e filosóficas (Bergson, Deleuze, Guattari), argumenta que a vida é desequilíbrio e diferença criadora. A transvivência designa o modo de existir no qual o sujeito sustenta transições radicais sem renúncia de si, elaborando a experiência vivida como trabalho reflexivo de formação e transformação. Diferentemente da mudança (ajuste funcional) e da transição (travessia entre formas), a transvivência é apropriação ética e criativa do devir, processo de singularização que percorre linhas de fuga aos modelos normativos. O artigo analisa as existências travestis como caso-limite dessa travessia, demonstrando como a afirmação da diferença constitui gesto de resistência.

Palavras-Chave: Transvivência. Transição de gênero. Travesti.

Abstract: This article presents the concept of **transvivence** as a theoretical operator for understanding existential transformations that go beyond the notion of "change". Grounded in scientific foundations (thermodynamics, biology, psychology) and philosophical traditions (Bergson, Deleuze, Guattari), it argues that life is disequilibrium and creative difference. Transvivence designates a mode of existing in which the subject sustains radical transitions without renouncing itself, elaborating lived experience as reflexive work of formation and transformation. Unlike change (functional adjustment) and transition (traversal between forms), transvivence is ethical and creative appropriation of becoming, a process of singularization that traverses lines of flight from normative models. The article analyzes trans existences as a limit-case of this traversal, demonstrating how the affirmation of difference constitutes a gesture of resistance.

Keywords: Transvivence. Gender Transition. Trans woman.

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho "Comunicação, Gêneros e Sexualidades". 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

2 Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutora em Informática na Educação e Mestre em Jornalismo, ale.teixeira.primo@gmail.com.

1. Introdução

A vida é fundamentalmente desequilíbrio criador. Desde a física (Prigogine) até a biologia (Maturana e Varela), passando pela psicologia do desenvolvimento (Piaget) e sociologia (Simmel, Bauman), diferentes disciplinas convergem para uma constatação: a diferença e a instabilidade são motores do desenvolvimento e da transformação vital. Contudo, as sociedades contemporâneas frequentemente reduzem a complexidade da transformação humana a termos insuficientes. O conceito de "mudança" — em sua acepção de simples ajuste funcional — não consegue nomear as travessias radicais nas quais o próprio regime de existência do sujeito é questionado e recriado.

É neste hiato conceitual que se insere a transvivência: um operador teórico que articula a filosofia da diferença (Bergson, Deleuze, Guattari) com discussões de processos de transformação existencial, particularmente aqueles vividos por pessoas trans. A transvivência não é mera passagem de um estado a outro, mas a capacidade de sustentar a transição sem renúncia de si, permitindo que a experiência se converta em trabalho reflexivo de formação, transformação e autoconhecimento. O presente artigo estabelece as bases científicas e filosóficas que fundamentam a compreensão da diferença como força vital; distingue analiticamente mudança, transição e transvivência; e analisa as existências travestis como caso-limite dessa travessia.

2. Bases científicas e filosóficas da força vital da diferença

Pesquisas da física e da química comprovam que a vida é desequilíbrio, instabilidade. O célebre postulado de Lavoisier bem apresenta esse achado: “na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”. Conforme a segunda lei da termodinâmica, à qual se refere a entropia, os sistemas afastados do equilíbrio podem produzir estruturas complexas e organizadas por meio da dissipação de energia (PRIGOGINE, 1996). A irreversibilidade é outra propriedade fundamental da natureza: não há retorno a estados anteriores, sendo que instabilidades abrem caminho para o que pode vir depois.

Num tom metafórico, pode-se dizer que no equilíbrio a matéria é ‘cega’, ao passo que longe do equilíbrio ela começa a ‘ver’. E esta nova propriedade, esta sensibilidade da matéria a si mesma e a seu ambiente, está ligada à dissipação associada aos processos irreversíveis. (PRIGOGINE, 1996, p. 71).

O desequilíbrio é também central na biologia. Os seres vivos não se encontram estacionados em homeostase (estado de equilíbrio). A homeorrese, ao contrário, descreve como dinamicamente os sistemas se reorganizam diante de perturbações, sem voltar a estados

anteriores. Conforme os estudos de autopoiese (autocriação) dos biólogos Maturana e Varela (2001), os seres podem manter sua identidade mesmo que em desequilíbrio e em contínua troca com o meio.

A partir de sua formação em biologia, Jean Piaget (2000) fez contribuições fundamentais para a psicologia do desenvolvimento e educação. Segundo suas pesquisas com crianças, o desequilíbrio é o motor do desenvolvimento cognitivo. Compreendendo que não se pode retornar a um equilíbrio anterior, superada uma perturbação, Piaget elaborou a teoria da “equilibração majorante”. Ou seja, os desequilíbrios promovem que as estruturas cognitivas se enriqueçam e se complexifiquem ao passo que assimilam e acomodam novidades. Através da auto-regulação, passa-se de um patamar de equilíbrio a outro.

Já a teoria psicológica da dissonância cognitiva (FESTINGER, 1975) aponta que diante de uma crise entre crenças, experiências e informações dissonantes o sujeito busca atualizar suas crenças, reinterpretar fatos (até mesmo os negando) ou adaptar seus comportamentos. O equilíbrio psicológico, portanto, é fruto de provisórias negociações internas e com o meio.

Na verdade, auto-organização, auto-regulação, autopoiese e outros processos recursivos são temas centrais dos estudos transdisciplinares de cibernética. Em sua primeira onda na década de 1950, a cibernética se ocupava de sistemas de regulação por retroalimentação (*feedback*) em sistemas biológicos e tecnológicos (como termostatos). Enquanto a primeira cibernética focava-se na estabilização dos sistemas através de processos circulares, a segunda cibernética (a partir de 1960) vai aprofundar estudos em sistemas em desequilíbrio. Assim, deixa de ocupar-se principalmente de tecnologia e enfrenta questões de auto-organização em sistemas biológicos, sociais e informacionais. Gregory Bateson (2000) — um notável antropólogo que via a cibernética como um braço da matemática dedicado a problemas de controle, recursividade e informação — cunhou uma definição que muito interessa a este trabalho: “a informação é uma diferença que faz diferença”.

Pois é justamente da potência da diferença que a inovação e as indústrias criativas, tão celebradas hoje, dependem. Equipes diversas e com diferentes perspectivas podem ser responsáveis pela concretização do que a campanha publicitária da Apple, lançada em 1997, preconizava: “Pense diferente”.

Na sociologia de Simmel (1964), o conflito interpretado como forma vívida de sociação, podendo motivar a resolução de divergências. Bauman (2003), por sua vez, identifica na repulsa, e não na atração, o principal motor da história: a mudança é impulsionada pelo desejo

de ultrapassar condições dolorosas, mas o alívio mostra-se transitório, "uma vez que a 'nova e melhorada' condição rapidamente revela seus aspectos desagradáveis, previamente invisíveis e imprevisíveis, e traz com ela novas razões de preocupação".

No plano filosófico, a transvivência encontra um campo fértil nas tradições que deram atenção especial à diferença e ao devir.

Heráclito é referência inaugural ao utilizar a potente metáfora do rio para defender que tudo flui (*panta rhei*). No diálogo Crátilo de Platão encontra-se que:

Heráclito diz em alguma passagem que todas as coisas se movem e nada permanece imóvel. E, ao comparar os seres com a corrente de um rio, afirma que não poderia entrar duas vezes num mesmo rio. (Fragmento 91, 12) — Aécio, I, 23, 7: Heráclito retira do universo a tranquilidade e a estabilidade, pois isso é próprio dos mortos; e atribui dinâmica a todos os seres, eterno aos eternos, perecível aos perecíveis. (SOUZA, 1996).

A impermanência (*anicca*) é uma das chaves para conhecer a perspectiva budista sobre o universo. Todos os fenômenos, para o budismo, são transitórios e não possuem essência fixa. Assim, a ética da compaixão ergue-se no budismo ao reconhecer a precariedade coletiva.

Avançando para a filosofia da diferença, é preciso recorrer a Bergson (2020, p. 69) e sua conceituação de duração em oposição ao tempo espacial e cronológico. “A duração totalmente pura é a forma assumida pela sucessão de nossos estados de consciência quando nosso eu se deixa viver, quando ele se abstém de estabelecer uma separação entre o estado presente e os estados anteriores”. A duração é criadora porque nela ocorre a diferença, a novidade irreduzível que não pode ser deduzida do passado nem prevista pelo cálculo.

Profundo conhecedor de Bergson, Deleuze contribui significativamente para a compreensão do devir e suas virtualidades.

Isso quer dizer que a diferença não é uma determinação, mas é, nessa relação essencial com a vida, uma diferenciação. Sem dúvida, a diferenciação vem da resistência encontrada pela vida do lado da matéria, mas, inicialmente, ela vem sobretudo da força explosiva interna que a vida traz em si. [...] Diferenciar-se é o movimento de uma virtualidade que se atualiza. A vida difere de si mesma, de tal modo que nos acharemos diante de linhas de evolução divergentes e, em cada linha, diante de procedimentos originais; mas é ainda e somente de si mesma que ela difere, de tal modo que, em cada linha também, acharemos certos aparelhos, certas estruturas de órgãos idênticos obtidos por meios diferentes. (DELEUZE, 1999, p. 107).

O ser não é uma substância, não permanece idêntico, fiel a uma essência fixa. O devir não conserva o sujeito em uma identidade estável, mas o desloca. O ser se define por sua capacidade de diferenciar-se. “Com efeito, o que é a duração? Tudo o que Bergson diz acerca dela volta sempre a isto: a duração é o que difere de si. A matéria, ao contrário, é o que não difere de si, o que se repete.” (DELEUZE, 1999, p. 103).

Não se trata de conformar o sujeito a um molde, mas criar condições para que ele atravessasse processos de transfiguração, nos quais novas configurações de existência possam emergir. Assim, o devir não é o que muda, mas sim o que faz mudar.

Se a informação é diferença criadora, então o outro não é apenas presença a ser assimilada, é fonte de transformação. Logo, viver é ser continuamente transformado pelas diferenças que nos atravessam (biológicas, sociais, culturais, afetivas, políticas). Não há sujeito intocado pelo outro, nem isolado e protegido em uma bolha de estabilidade. Há processos de subjetivação em movimento de transfiguração.

O conjunto de conhecimentos de diferentes disciplinas (das ciências naturais e humanas à arte e filosofia) aqui descrito demonstra que o sujeito não é uma substância imutável e estável. É, antes, um sistema que se constitui através de reorganizações, tendo os desequilíbrios como impulso vital e motor do desenvolvimento cognitivo.

Ao articular esses autores, a transvivência não os harmoniza artificialmente, mas opera no espaço de tensão entre eles. De Bergson, herda a exigência do tempo vivido; de Deleuze, a recusa da identidade estável; de Piaget, a centralidade do desequilíbrio; de Simmel e Bauman, a consciência crítica da instabilidade contemporânea.

Em suma, a diferença e os desequilíbrios são o motor da vida, até que a máxima instabilidade resulte na estabilidade derradeira: a morte. Sendo assim, não faz qualquer sentido discriminar quem não é igual (na raça, no credo, na sexualidade, etc.). A negação da diversidade é a sentença de morte da evolução criativa, da inovação, do desenvolvimento cognitivo e, principalmente, do direito de todos à cidadania.

As discussões a seguir buscam avançar essa reflexão no sentido de refletir como a diferença no devir pode promover transformações subjetivas, sociais e políticas.

3. Da insuficiência do conceito de mudança

A filosofia de Heráclito conclui que a única constante é a mudança. Mas é preciso questionar os limites desse conceito e investigar o que há para além dele.

O termo mudança pode ser definido como "ação ou efeito de fazer passar de um lugar para outro", "substituição de alguém ou de algo por outro" e "alteração de sentimentos, ideias ou atitudes"³. Em sua acepção mais restrita, a mudança refere-se à modificação de estado, à

³ Conforme o Dicionário Michaelis. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mudan%C3%A7a/>>. Acesso em 19/02/2026.

adaptação funcional e ao progresso linear. Trata-se de mudar para continuar na mesma, protegendo a segurança da estabilidade.

Mudanças triviais podem criar a impressão de avanço, mas perseguem um percurso linear nos trilhos da ordem e do progresso, oferecendo respostas esperadas a demandas planejadas. Assim, a mudança transita na dimensão potencial-real. Conforme Deleuze (1999, p. 78): “o possível é o que se 'realiza' (ou não se realiza); ora, o processo da realização está submetido a duas regras essenciais: a da semelhança e a da limitação. [...] O real é a imagem do possível que ele realiza... Como nem todos os possíveis se realizam, a realização implica uma limitação, pela qual certos possíveis são rechaçados ou impedidos, ao passo que outros 'passam' ao real.”

Incapaz de libertar-se do círculo potencial-real, o personagem dócil, controlado por poderes externos, torna-se servo da estabilidade, da mudança mansa e inofensiva — o *cosplayer* da identidade alheia, o imitador de gurus e *coaches*. Embora as mudanças sejam frequentes, elas garantem a percepção da passagem do tempo cronológico e a gratificação instantânea ao se alcançar metas. Em verdade, mudanças rápidas e bem controladas, com fins claramente definidos, são frequentemente necessárias e proveitosas.

Entretanto, o que pode ser visto para além da trivialidade da mudança? É nesse ponto que a filosofia da diferença é convocada. Ao radicalizar o pensamento de Bergson, Deleuze (1999, p. 78) desloca a reflexão da semelhança e continuidade para a diferença e o devir, recusando ontologias fundadas na identidade: “As regras da atualização já não são a semelhança e a limitação, mas a diferença ou a divergência e a criação.”

Nessa perspectiva, a diferença é criadora. Ela ultrapassa a mera alteração entre dois estados já constituídos, promovendo a novidade e o devir. Não pode ser reduzida à negação; é afirmativa e múltipla. A diferença, portanto, é a base do devir, um processo de diferenciação que se diferencia em si mesma. A partir daí pode-se conceber a transformação existencial que será discutida nas seções subsequentes.

4. Da transição

Como este artigo se filia aos estudos de gênero e às pesquisas *queer*, e tendo sua autora passado por uma transição de gênero, o termo “transição” é aqui utilizado por sua riqueza semiológica e por provocar reflexões sobre as desafiantes transformações que ocorrem no seio do devir e da diferença. É importante destacar, contudo, que apesar da fecundidade dos estudos *queer* e a futura análise da existência travesti como caso-limite, as reflexões e conceitos aqui

desenvolvidos não se limitam à transgeneridade ou à comunidade LGBTQIAPN+. Mesmo porque toda pessoa vive diversas transições desde o nascimento (da proteção do ventre a um ambiente complexo e totalmente desconhecido), como um novo casamento após longo relacionamento agressivo, o amadurecimento da infância à juventude, uma transição de carreira. Muitos são os temores que antecedem uma transição que se planeja: “Será que vou ficar só se pedir divórcio?”, “Vou conseguir me sustentar até conseguir novo trabalho, se eu pedir demissão desta empresa tóxica?”, “Será que terei vida digna se migrar para outro país?”. E que dizer sobre transições que de repente se tornam necessárias de forma inesperada, como um jovem adulto que subitamente precisa assumir os negócios da família após os pais falecerem em um acidente de carro. E não se pode deixar de mencionar os sujeitos que evitam transições a qualquer custo, temerosos de colocar em risco a estabilidade e a segurança das práticas rotineiras, ainda que tediosas.

Este artigo entende que a transição parte da exposição ao indeterminado, mesmo que o movimento seja investido de desejos e vontades. Diferentemente da mudança, que pode ocorrer sem afetar significativamente o sujeito, operando até como simples ajuste, a transição suspende referências, desafia padrões e produz desequilíbrios que exigem reorganização existencial e ética.

A transição de gênero, por exemplo, é muito diferente de uma mudança de figurino. Contrastada com a transição, a mudança não exige maior investimento do sujeito. Veja-se a seguinte ilustração desse apontamento: um homem que usa roupas femininas no carnaval não se torna uma travesti. Depois de um banho e vestir suas roupas tipicamente masculinas, sua breve brincadeira de carnaval (de mal gosto) pouco ou nada repercute em sua existência.

A transição é, pois, o processo temporário de atualização de um sujeito que parte frequentemente de quando sua rotina de ser estagna a existência e quando modelos de encaixe social consagrados barram transformações vitais. Como ainda não dispõem de outra forma de ser, compreender ou habitar o mundo e sua própria existência, o sujeito é interpelado a reelaborar-se. Caso contrário, o desequilíbrio criador pode ser freado por uma adaptação superficial, normalização acelerada ou abandono da reconstrução própria.

Transições podem ser uma necessidade médica e/ou psicológica (um transplante, tratamento de dependência química); ser motivada por um planejamento de crescimento pessoal e financeiro, como uma transição de carreira; ou, no limite, recomeçar a vida ao escapar de um grande perigo (um marido violento, um acidente mutilador).

Durante a transição, o sujeito precisa apropriar-se de seu movimento transformador, sustentando períodos de incerteza, nos quais já não se reconhece plenamente como foi, nem dispõe ainda de uma forma mais estabilizada do que será. Nem sempre é possível dar conta da própria transfiguração. Não por acaso uma pessoa que passou por uma cirurgia bariátrica precisa de acompanhamento psicológico. A falta ou bloqueio de uma transição (como a de gênero) pode ter impacto mental tão significativo que pode resultar na ideação de um suicídio.

A transição é o entre. Pertence ao domínio da duração (Bergson, 2020): do tempo vivido, qualitativo e irreversível. Constituindo-se em uma travessia, a transição não perdura para sempre. Tampouco é o fim do caminho, a resolução da vida, a sonhada conquista da essência, uma estabilização redentora. A virtualidade da transição, em seu campo problemático de questões, promove atualizações que, por sua vez, agitam novos movimentos.

O que é primeiro no processo de atualização é a diferença - a diferença entre o virtual de que se parte e os atuais aos quais se chega, e também a diferença entre as linhas complementares segundo as quais a atualização se faz. Em resumo, é próprio da virtualidade existir de tal modo que ela se atualize ao diferenciar-se e que seja forçada a atualizar-se, a criar linhas de diferenciação para atualizar-se. (DELEUZE, 1999, p. 78).

As atualizações, é importante frisar, são soluções temporárias que despertam novos problemas, que, por sua vez, demandarão enfrentamento.

Sim, retornos podem acontecer: como voltar ao emprego anterior diante de melhor oferta salarial; morar de novo na cidade natal em virtude da agitação da metrópole; a chamada “destransição de gênero”, resultante de processos violentos de “cura gay” em ambientes de religiões fundamentalistas.

Na verdade, a ideia de “destransição” não cabe. O que ocorre é que uma nova transição toma curso, como uma atualização em resposta a outras virtualidades que emergiram (como pressões extremistas insuportáveis que negam a singularidade). Visto que não é inconcebível retornar a um ponto anterior, como em um círculo vicioso, a atualização ocorre distendendo a transição em uma espiral (Piaget, 2000), conforme a flecha do tempo (Prigogine, 1996). Em outras palavras, não há um encolhimento, uma volta ao avesso, mas uma complexificação que leva a outros desafios na existência.

Portanto, a transição tem impacto significativo na existência do sujeito. “A evolução é atualização e a atualização é criação.” (DELEUZE, 1999, p. 79).

Reconsideremos agora os exemplos anteriores, com outros desenrolares: a funcionária readmitida poderá ter melhor padrão econômico e se mudar para um apartamento maior; os

filhos do casal que deixou a metrópole poderão ter infância mais tranquila; a pessoa trans poderá finalmente se reconhecer no espelho e viver no gênero com o qual se identifica. Por outro lado, a primeira poderá ter que trabalhar mais horas e fins de semana, prejudicando sua qualidade de vida; o casal vem a ter remuneração mais baixa e sentir saudades da vida cultural da cidade grande; o transmasculino é expulso de casa.

O que se pretende apontar com tais ilustrações é que as virtualidades da transição se afastam da teleologia das mudanças. Para Deleuze (1999, p. 80) “a evolução não vai de um termo atual a um outro termo atual em uma série unilinear homogênea, mas de um virtual aos termos heterogêneos que o atualizam ao longo de uma série ramificada”. As atualizações, portanto, são imprevisíveis, podendo enveredar por caminhos e descaminhos até surpreendentes. Mesmo assim, o sujeito em transição não está à deriva, sem nada enxergar. Caminha sobre suas próprias pernas (ainda que possivelmente bambas), resistindo às intercorrências e pressões. Em sua transvivência poderá dar conta ou não dos desafios, a depender do que faz do que dele tenta-se fazer.

Evidentemente, ainda que se ressalte a imprevisibilidade das virtualidades da diferença, isso não significa aleatoriedade nem eventos isolados uns dos outros. Ora, ninguém acorda travesti, em um susto kafkaniano. A transição de gênero é um empreendimento suficientemente radical para ser resultado de um jogo de dados em um cassino. Por outro lado, não se trata tampouco de uma conduta finalista inscrita em uma perspectiva teleológica que desembarcará na felicidade angelical. A transição de gênero parte de uma decisão consciente, diante de profunda disforia e angústia — o impulso vital se mostra incontrollável. Mas o sujeito trans sabe que ao tentar operar sobre o desequilíbrio enfrentará riscos, inclusive de morte. A pessoa em transição de gênero pode ter uma bússola em mãos que lhe dá a ideia do rumo, mas não sabe que tempestades encontrará na travessia. Ora, o Cistema não tolera ameaças.

Algumas ressalvas são agora pertinentes. Nem toda transição é embarque em um projeto próprio. Nem toda transição é fecunda e satisfatória. É possível atravessar transições sem que elas se integrem à historicidade do sujeito. É possível permanecer em estado prolongado de suspensão sem elaboração. É possível adaptar-se defensivamente sem que haja transformação de sentido. Em verdade, muitas transições contemporâneas são atravessadas sob forte pressão institucional e social para que sejam rapidamente resolvidas. O sujeito é empurrado para uma forma de desempenho antes que o vivido possa ser elaborado.

Nem toda transição é assumir riscos eventuais e atualizações inesperadas. Isto é, diferentes transições não se dão sob as mesmas condições. Algumas ocorrem dentro de quadros normativos reconhecidos, enquanto outras rompem com as normalizações forjadas.

Transições profissionais, acadêmicas ou institucionais costumam ocorrer em contextos fortemente normatizados. Existem narrativas legítimas de recomeço, reconversão e progressão que oferecem ao sujeito referências simbólicas e expectativas de estabilização. Nessas situações, embora possa haver sofrimento e crise, o percurso parece seguro. A transição pode ser atravessada por adaptação funcional, sem que se exija necessariamente uma reconfiguração ética profunda da relação consigo. Em contraste, transições ligadas ao luto, ao adoecimento, ao envelhecimento e à migrações, por exemplo, já tensionam mais fortemente os dispositivos normativos. Embora existam rituais, discursos e enquadramentos simbólicos, essas experiências introduzem perdas irreversíveis e exigem elaboração no tempo. Mais complexo é o caso das transições éticas e existenciais silenciosas, que envolvem crises éticas e de sentido e rupturas com valores herdados e perda de fé em narrativas que antes organizavam a vida. Essas transições são pouco reconhecidas socialmente e frequentemente vividas em solidão. Logo, exigem elevada capacidade de sustentação subjetiva e coletiva (amizades, grupos de apoio), aproximando-se do núcleo ético da transvivência.

Ainda que possam compartilhar certas estruturas, os diferentes modos de transição não se equivalem. O que os diferencia não é apenas a intensidade dos desafios, mas sobretudo o grau de ruptura com os modelos normativos disponíveis, o nível de reconhecimento social oferecido e a possibilidade — ou não — de retorno simbólico à forma anterior.

Outro limite importante diz respeito à possibilidade de renúncia. Em contextos marcados por aceleração e instabilidade, o abandono de si — entendido como ruptura com o próprio percurso — torna-se risco recorrente.

Este estudo ficaria deficitário caso se satisfizesse com o conceito de transição e aqui concluísse a discussão. Embora necessário, o conceito de transição não esclarece como esse processo pode ser sustentado, nem em que condições e com qual intensidade pode se tornar transformador. Ou seja, a transição, embora central, precisa ser pensada a partir de um conceito mais amplo, capaz de integrar a dimensão existencial à sua dimensão ética. É momento de tratarmos da transvivência.

5. Da transvivência

O conceito de transvivência não é apenas mais um termo para designar mudança. Pelo contrário, destaca uma experiência específica de apoderar-se da passagem enfrentada na transição, quando esta rompeu rotinas e normatizações e colocou em questão os esquemas alheios impostos. Designa o processo no qual a transição vivida é elaborada e integrada à historicidade do sujeito, produzindo transformação real nos modos de existir.

O conceito de transvivência encontra na filosofia da diferença seu horizonte ontológico mais exigente: transviver não é mudar conservando-se, mas transfigurar. É deixar de ser o que se era e tornar-se diferente.

A transfiguração é aqui entendida não como uma modificação que mantém a forma. É justamente perder a forma, sair da fôrma, atravessar instabilidades e vivenciar a emergência do novo. Conforme lembra Bergson (2005, p.327), “...o corpo muda de forma a todo instante. Ou antes não tem forma, uma vez que a forma é algo imóvel e a realidade é movimento.” Como a transfiguração é um período de indeterminação, ela é sempre arriscada. Envolve zonas de instabilidade, incerteza e vulnerabilidade. Contudo, é precisamente nessas zonas que a vida se recria.

Transviver é reconhecer que o sujeito pode já não coincide consigo mesmo, com a imagem própria que tinha de si (ou lhe impunham), visto que é atravessado por forças que o excedem, e que sua formação ocorre precisamente nesse transbordar.

Chegamos, pois, ao momento de uma definição. Transvivência é o modo de existir no qual a vida deixa de configurar-se como simples sequência de mudanças pontuais ou ajustes funcionais e passa a constituir-se como travessia reflexiva de sentido. É a capacidade de sustentar a transição sem renúncia de si, permitindo que a experiência, ao desenrolar-se na dimensão qualitativa do tempo vivido, se converta em trabalho reflexivo de formação, transformação e autoconhecimento. Nesse horizonte, o sujeito não se limita a adaptar-se às circunstâncias normalizantes, mas ousa transfigurar o vivido, reconhecendo-se transitório sem se dissolver, transmutável sem se anular, capaz de transgredir limites impostos e transpor fronteiras simbólicas.

Transviver é resistir às tentativas de aprisionamento da vida, em conformidade com modelos identitários fixos (tentadoramente mais fáceis de serem aceitos socialmente) que imobilizam. Em sociedades marcadas pela proliferação de padrões normativos de sucesso, felicidade e realização pessoal, a diferença tende a ser tolerada apenas quando pode ser

convertida em variação administrável ou identidade classificável. A transvivência resiste a essas tentativas de aprisionamento do ser não apenas emergindo na diferença, mas também a produzindo, em um processo de atualizações de virtualidades, no qual cada solução temporária promove novas questões a serem enfrentadas.

A transvivência resiste à redução da vida ao desempenho e produtividade (Han, 2015), à metrificação da subjetividade. Tal resistência não se encerra na negação, mas é também criação. “a diferença é objeto de afirmação, ela própria é afirmação.” (DELEUZE, 1988, p. 74). Em contraste à dialética hegeliana, para qual a diferença é um não-ser, na filosofia da diferença ela é afirmativa.

Em Bergson, e graças à noção de virtual, a coisa, inicialmente, difere imediatamente de si mesma. Segundo Hegel, a coisa difere de si mesma porque ela, primeiramente, difere de tudo o que ela não é, de tal maneira que a diferença vai até à contradição. Pouco nos importa aqui a distinção do contrário e da contradição, sendo esta tão-só a apresentação de um todo como contrário. (DELEUZE, 1999, p. 110).

Logo, a diferença encarnada pela transvivência não é mera oposição reativa aos modelos normativos, mas criação positiva de sentido. Ou o sujeito cria novos modos de habitar sua existência ou arrisca-se ter que se acomodar a formas que já não o representam.

É preciso alertar, contudo, que transviver não é negar toda referência, nem celebrar a ruptura por si mesma, mas recusar a submissão acrítica a modelos normativos, mantendo-se implicado na elaboração do vivido. A diferença produzida pela transvivência é sempre situada, atravessada por condições históricas, sociais e institucionais, mas não é redutível a elas. Trata-se de uma diferença que emerge do confronto entre a experiência singular e aos modelos que esperam que se encaixe.

Bem entendido, modelos funcionam como padrões de normalização: indicam antecipadamente o que conta como vida bem-sucedida, formação adequada ou identidade legítima. A diferença, quando medida por esses parâmetros, aparece apenas como desvio ou falha.

Porém, as linhas de fuga que se abrem como brechas de escape aos padrões e modelos viabilizam que a diferenciação possa acontecer.

Diz-se erroneamente (sobretudo no marxismo) que uma sociedade se define por suas contradições. Mas isso só é verdade em grande escala. Do ponto de vista da micropolítica, uma sociedade se define por suas linhas de fuga, que são moleculares. Sempre vaza ou foge alguma coisa, que escapa às organizações binárias, ao aparelho de ressonância, à máquina de sobrecodificação (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p.94).

A concepção de linhas de fuga interessa particularmente à definição de transvivência, pois representa para os autores “picos de criação e de desterritorialização” (DELEUZE;

GUATTARI, 1995, p.98). A transvivência percorre linhas de fuga, em um movimento de desterritorialização inventiva, de desviar-se dos caminhos predeterminados e de criar novos percursos, mesmo que perigosos. Essa é a oportunidade para o que Guattari chama de processos de singularização:

...modos de sensibilidade, modos de relação com o outro, modos de produção, modos de criatividade, que produzam uma subjetividade singular. Uma singularização existencial que coincida com um desejo, com um gosto de viver, com uma vontade de construir o mundo no qual nos encontramos, com a instauração de dispositivos para mudar os tipos de sociedade, os tipos de valores que não são os nossos. (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 17).

A singularização vem a ser um processo de diferenciação criativa que produz modos de existência únicos, irreduzíveis a qualquer modelo prévio. A transvivência é, portanto, um convite à singularização, à criação de si mesmo em um processo de habitação responsável do devir, em uma travessia irreversível.

O sujeito transvivente, em vias de singularização, desbrava linhas de fuga que tornam viáveis outros modos de existência. Não se trata de dominar a transformação, domesticando-a, mas de apropriar-se, de sustentar-se na instabilidade sem buscar guarida em identidades de tamanho único (*one size fits all*). Em outras palavras, não se trata de uma acomodação, como a resiliência, mas de uma agência ativa na criação de condições para uma vida digna.

Enfim, a transvivência é sustentar a transição sem abandono de si. O sujeito não apenas atravessa crises, mas cria modos singulares de existência. Em um mundo saturado de modelos, a transvivência afirma que uma vida autêntica não se constrói pela adesão a padrões impostos, mas pela capacidade de habitar a própria diferença no tempo da duração, transformando a experiência em sentido.

A autenticidade, no horizonte da transvivência, refere-se à coerência ética no processo de singularização. Uma vida autêntica não é aquela que corresponde a um modelo ideal de realização pessoal, mas aquela na qual assume-se a responsabilidade de tornar-se outro sem se abandonar.

Importa sublinhar que a diferença afirmada pela transvivência não se confunde com individualismo ou isolamento. Ela é produzida em relação, no interior de contextos históricos concretos, em diálogo e confronto com normas e expectativas sociais. O que se recusa não é a alteridade, mas a imposição de modelos que anulam a singularidade do percurso. Para a transvivência a formação humana só se realiza plenamente quando a diferença deixa de ser tolerada como exceção e passa a ser reconhecida como condição constitutiva de uma vida ética.

Dessa forma, a transvivência pode ser compreendida como a atualização prática do que Foucault denomina "cuidado de si" (*souci de soi*). Ao contrário de um simples assujeitamento a normas externas de gênero ou identidade, a transvivência emerge como uma "estética da existência", na qual o sujeito não apenas atravessa a diferença, mas se torna o artífice de sua própria transformação ética e política. O cuidado de si, nesta perspectiva, não é um recolhimento narcísico, mas um exercício de liberdade que exige que o sujeito se desloque de suas referências habituais para produzir novas formas de habitar o mundo. Ao assumir a transvivência como um gesto de resistência ativa, o indivíduo transfigura a própria dor da inadequação em uma potência criadora, reafirmando que a vida, em sua essência mais profunda, é um dever incessante que se recusa a ser capturado por identidades fixas ou patologizantes.

6. Mudança, transição e transvivência

Nem toda mudança implica transição, e nem toda transição se converte em transvivência. Mudanças podem ocorrer sem afetar significativamente o sujeito, funcionando como simples ajustes externos. Já as transições introduzem um desequilíbrio estrutural, mas não garantem, por si mesmas, a elaboração e apropriação da diferença, suas virtualidades e atualizações. Processo esse que acontece na transvivência.

Não existe um movimento necessário, como que gravitacional, que parte da mudança para a transição e que desemboca finalmente na transvivência, o porto final. Isto é, mudança, transição e transvivência não devem ser compreendidas como etapas lineares ou estados sucessivos que se encadeiam de modo previsível, mas como regimes distintos de transformação que podem ocorrer simultaneamente, em planos diferentes da existência. Um sujeito pode experimentar uma mudança funcional no trabalho — por exemplo, assumir um novo cargo — sem que isso implique transição identitária ou crise ética; ao mesmo tempo, pode estar atravessando uma transição afetiva decorrente de um divórcio, na qual antigas formas de vida deixam de oferecer segurança, e, ainda, viver uma transvivência existencial diante de uma doença crônica que desestabiliza permanentemente sua relação com o corpo e com o futuro. De modo semelhante, uma pessoa em transição de gênero pode manter estabilidade profissional (ausência de mudança nessa esfera), enquanto atravessa profunda transição social e, diante de riscos físicos e simbólicos, sustenta uma transvivência ética prolongada. Esses exemplos mostram que mudança diz respeito à alteração de condições, transição ao tempo de suspensão entre formas, e transvivência à sustentação do viver quando a norma falhou e uma transição se

tornou inevitável. Portanto, tais movimentos não se sucedem necessariamente, mas podem coexistir de maneira assimétrica e heterogênea na mesma trajetória.

Finalmente, não existe um ponto convencional ou determinado externamente onde termina uma transição e começa a transvivência. Uma transição de gênero pode ser interpretada como consolidada apenas por quem passou por ela. Pode ser o momento no qual uma travesti nunca mais performa o masculino (roupas, gestual, etc.), não suporta ser referida por seu nome morto, ou simplesmente quando não se identifica mais como homem (independente de figurino, adoção de nome social, retificação de documentos, cirurgias ou tratamento hormonal).

7. Existências travestis como caso-limite de transição e transvivência

As existências trans serão agora discutidas como caso-limite de transição e transvivência, na medida em que encarnam e enfrentam, sob forte pressão social e política, a indeterminação e reinvenção no devir. Tendo realizado uma das transições mais radicais, segundo a tradição, e pecaminosas, segundo certas perspectivas religiosas, as existências e corpos travestis serão discutidas a seguir como caso-limite. Ou seja, quer-se debater sob que condições a transição acontece e a transvivência se atualiza com tantos ataques e em condições de precariedade.

Considerar vidas trans aqui como caso-limite não é mais uma forma de marginalizar essa comunidade tão visada, mas reconhecer a força extrema que travestis empreendem na transição e na transvivência. Este estudo pode chamar a atenção para existências que se dão no limite, diante de tantas violências simbólicas e físicas, e ainda por cima validadas (e até incentivadas) por governantes e partidários da extrema direita e por líderes de diferentes religiões.

A breve análise a seguir poderá demonstrar como transição e transvivência não constituem livre jogo experimental. São, isso sim, travessias sob ameaça. Viver como pessoa trans é, em muitos contextos, negociar cotidianamente com a possibilidade de não sobreviver. O “não-abandono de si”, nesse cenário, ganha espessura dramática: seguir vivendo como trans pode significar romper com a família, perder empregos, arriscar a própria integridade física. Logo, a transição e a transvivência nas experiências transgêneras são enfrentadas muitas vezes no extremo da resistência.

Em casos angustiantes de negação de liberdade existencial e de uma vida digna e autêntica, algumas pessoas trans chegam a desistir de viver uma vida que não é sua própria. Despejam-se da própria morada do ser, pois não conseguem pagar o alto aluguel cobrado pela

tradição “diferentofóbica” e pelas opressões capitalísticas (desemprego, altos custos de cirurgias, etc).

Identidades de gênero não são essências, nem determinações biológicas. A divisão binária que opõem homem (pessoa com pênis) e mulher (pessoa com vulva) e os respectivos comportamentos masculino e feminino são imposições discursivas que apenas se sustentam na coerção. As transições de gênero desestabilizam esse quadro ao recusar o elo imposto entre sexo atribuído e gênero vivido. Já a transvivência transgênera não é um simples “depois” da transição de gênero, como uma nova identidade estável. É afirmação da diferença e sustentação do devir outro e minoritário (DELEUZE; GUATTARI, 1997), dando condições para superação da culpa e do medo, habitando a própria existência e a recriação de si. Criação e invenção se referem aqui a processos de autopoiese, não da ilusão solipsista de controle da realidade através da consciência do sujeito. Mesmo porque identidade de gênero não é uma opção. Muito embora pessoas trans sejam interrogadas a todo momento sobre que causa (um trauma, um estupro sofrido, um distúrbio hormonal) justifica a vontade de “mudar de sexo”.

A transvivência transgênera, portanto, acompanha uma plethora de problematizações, cujas virtualidades demandam atualizações incontáveis para dar conta da transição enfrentada.

Mesmo que travestis, transmasculinos e pessoas não binárias se defrontem com desafios equivalentes, a discussão a seguir focará nas primeiras, reconhecendo as especificidades de cada grupo. Aliás, embora travestis sejam aqui tratadas enquanto grupo, cabe lembrar que a comunidade travesti não é homogênea: cada travesti é singular e irreduzível.

As quatro dimensões de análise serão: 1) corporal; 2) simbólica e relacional; 3) material; 4) política.

7.1. Dimensão corporal

Renovação de guarda-roupa, terapia hormonal (estrogênio e bloqueador de testosterona), adequação gestual, cirurgias (feminização facial e do corpo, glotoplastia, transplante capilar) e fonoaudiologia lidam com a transfiguração corporal e como a travesti se enxerga e o que os outros fazem quando se deparam com ela, na dúvida ou na certeza de que se trata de um corpo trans. Claro, a transfobia acontece apenas nessa condição de identificação. Por outro lado, a interação com pessoas não preconceituosas (até mesmo gays, lésbicas e bissexuais) pode ser muito constrangedora, à medida que o montante de perguntas recorrentes sobre a transição trata a travesti como um animal exótico passível de curiosidades invasivas e indiscretas.

Os procedimentos listados — quais forem eles que venham a ser mobilizados desde os primeiros tempos da transição até, quando estiver consolidada, no decorrer da transvivência — procuram, entre outras motivações: a) motivação interna - lutar contra a disforia (não se enxergar como se identifica); b) motivação externa - garantir a passabilidade, ou seja, ser reconhecida como mulher cis, evitando transfobia. Enquanto a primeira motivação lida com a dificuldade em se olhar no espelho, já que traços masculinos causam desconforto e tristeza, a segunda procura evitar ações preconceituosas, desde olhares de julgamento e xingamentos à violência física. Cabe alertar que a passabilidade não é um ideal aspirado por qualquer pessoa trans. Muitas fazem questão de apresentar-se como pessoa transgênera (inclusive preferindo o termo “travesti”, tão impregnado de sentidos de marginalidade), por orgulho de ser quem se é e até para dissolver qualquer dúvida inicial, dispensando curiosos e preconceituosos. Não-bináries (ainda há muito que se aprender com essas pessoas), por sua vez, se importam pouco ou nada com a passabilidade, já que opõem-se radicalmente à estética binária e adotam até atitudes lúdicas diante dos olhares intrigados.

Nesta dimensão, a transvivência lida com homeorrese tanto corporal quanto existencial. Com o curso de transfigurações, aspira-se que o corpo possa se tornar habitável como lar da identidade de gênero, minimamente reconciliado com o desejo e com o reconhecimento seguro em público. Por outro lado, tal empreendimento pode jamais se encerrar pois a disforia e a transfobia insistem em se mostrar. Além disso, é preciso lidar com cicatrizes, efeitos colaterais de hormonoterapia (frequentemente conduzida sem acompanhamento médico e com doses exageradas) e procedimentos estéticos ilegais (como uso de silicone industrial, que vai causando prejuízos com o tempo e sob a força da gravidade), como o inevitável envelhecimento (o etarismo pode ser ainda mais cruel com travestis), problemas familiares renovados, etc.

7.2. Dimensão simbólica e relacional

Um dos maiores desafios da transição de gênero é o reconhecimento dos outros. O uso do nome morto (nome de batismo, no caso de ter se adotado outro nome) ou de pronomes e substantivos que não condizem com o gênero atualizado (no caso de travestis, serem chamadas de “ele”) são suficientes para causar grande desconforto, não apenas em ambientes públicos, mas também no seio da família, quando insiste em não aceitar a transformação tão necessária para um dos filhos. Olhares tortos em banheiros femininos e até expulsão desses espaços onde se busca apenas exercer uma necessidade fisiológica, são uma forma de violência por quem nega a identidade de pessoas transgêneras. As vozes que dizem “não, você não é quem ‘pensa’

ser”, que negam a existência da transgeneridade, que desrespeitam a dignidade de travestis e transmasculinos causam profunda dor e reações imprevisíveis. De forma semelhante ao que ocorre no racismo, a transfobia desumaniza e precisa ser punida como crime violento. Ou seja, os problemas da dimensão simbólica e relacional demandam não apenas respeito a quem passa ou ultrapassou grandes desafios na transição e agora em sua transvivência, mas é uma questão também penal. Os direitos à cidadania de qualquer pessoa trans são os mesmos de pessoas cisgêneras. Evidentemente, não poderia ser diferente.

Nome social e atualização documental (no ambiente escolar e laboral e em esfera nacional) não são simples detalhes burocráticos levados a cabo através de cartórios e da justiça. São instrumentos que oficializam a identidade de gênero e criam condições legais para o reconhecimento público. Aceitação familiar e social são mais do que afeto e respeito na convivência. São fundamentais na recriação da narrativa de si. Nós nos constituímos também através do olhar do outro, não apenas através de um querer-se bem.

Enfim, não há processo de transformação de si que não seja, simultaneamente, processo de luta por reconhecimento. A travessia não é apenas interna; ela se dá no entrelaçamento com o olhar, a nomeação e o julgamento do outro.

7.3. Dimensão material

Primeiramente, a transição envolve investimentos financeiros, principalmente quando a pessoa trans decide fazer hormonoterapia e procedimentos cirúrgicos. Tendo em vista os custos altos, travestis de baixa renda podem recorrer a procedimentos não médicos como injeções de silicone industrial e outras substâncias ainda mais perigosas em busca do “corpo feminino perfeito” com preço baixo. Além disso, sem acompanhamento de endocrinologista, administram por conta própria altas doses de hormônios femininos. Tais alternativas são de altíssimo risco, podendo causar sérios problemas de saúde e até invalidez e morte. E no caso de travestis cujo única fonte de renda que restou foi a prostituição (situação de precariedade usual em um país transfóbico), os custos com figurino e cafetões também pode ser significativo.

Uma situação econômica que também envolve transfobia é a dificuldade de travestis serem empregadas. Ou, de perderem o emprego em virtude da transição de gênero, ainda que outras razões sejam alegadas, encobrindo o preconceito. É preciso acrescentar a baixa escolaridade e profissionalização de travestis, por terem sido expulsas de casa e não conseguirem manter-se na escola (por todo tipo de violências) e falta de condições financeiras para se especializarem.

Os baixos rendimentos do público travesti estão associados à vulnerabilidade habitacional. Trata-se de um problema global de precariedade ligado à renda e ao desemprego. No caso de profissionais do sexo dependentes da cafetinagem, a moradia é uma das estratégias de abuso e controle para a manutenção da venda do corpo das travestis que mantêm sobre regime de opressão.

7.4. Dimensão política

Sendo as travestis submetidas a diferentes regimes de poder opressivo que lhes impõem penalidades por romperem com as normas da tradição, a transvivência transgênero é em si uma prática de resistência, ou seja, uma postura política.

Não esconder sua transgeneridade e a preferência pelo uso do termo travesti, em vez de mulher trans ou transfeminina, já são atitudes políticas. Trata-se também de uma forma de ativismo que chama atenção para a diferença encarnada. A vergonha e o arrependimento que o Cistema quer impor é substituído pelo orgulho de ser quem se é. Essa convicção é tanto repercussão quanto combustível da transvivência, que a atualiza e fortalece o ser em devir.

As ameaças físicas constantes, a liderança do Brasil em assassinatos de travestis há mais de uma década e a redução da expectativa de vida da comunidade trans se filia ao que Mbembe (2018, p. 4) chama de necropolítica: a “capacidade de ditar quem pode vir e quem deve morrer”. Ou seja, o Estado e outras instituições não apenas deixam morrer as pessoas que são discriminadas e/ou vivem em condições precárias, mas também produzem ativamente condições de morte.

Logo, aponta-se aqui a urgência da luta por políticas públicas, garantia de direitos, de uma ética da coexistência com a diferença, que precisa ser aprendida desde a infância na família e na escola. Tal ativismo cidadão não significa em absoluto uma educação para o sexo em tenra idade e muito menos um incentivo à homossexualidade e transgeneridade, como querem fazer crer os extremistas, mesmo que sexualidade e identidade de gênero não sejam aprendidas e escolhidas porque se falou delas.

Ele um ponto de vista ético, a transvivência transgênera recebe um chamado para o ativismo, que honra as vidas perdidas de pessoas trans que lutaram por suas vidas e por outras da coletividade, e que traz luz para uma comunidade obscurecida. Não se trata de focar apenas na própria existência, mas de reconhecer-se como nó de uma rede de implicações.

Enfim, a transvivência constitui-se em gesto político quando recusa discursos que reduzam as existências transgêneras a “fases”, “confusões” ou “patologias”, reconhecendo-as

como outros devires de relação com o próprio corpo, com o tempo e com a multiplicidade de si. O ativismo trans também se ocupa em denunciar como o esforço em congelar processos de devir em identidades supostamente naturais

8. Considerações finais

Ao longo desta reflexão, procurou-se demonstrar que a existência humana não se fundamenta na estabilidade, mas pela dinâmica de desequilíbrios próprias da vida. Para compreender a profundidade desse movimento, é preciso distinguir três conceitos: mudança é o fenômeno superficial de alteração de estados; a transição é uma desafiante travessia pela diferença no devir, cujo transcurso é imprevisível; a transvivência é a sustentação das transformações e a própria afirmação do desequilíbrio como potência criadora. Transviver é habitar a travessia como um estado permanente de autopoiese, onde a identidade não é um porto seguro, mas um processo de diferenciação e transfiguração que honra a complexidade do ser.

As principais contribuições deste artigo residem na despatologização das identidades transgêneras por meio de um diálogo rigoroso entre as ciências duras e a filosofia. Ao lidar com conceitos como estruturas dissipativas e homeorrese no campo da subjetividade, do desenvolvimento subjetivo e social, o texto oferece uma fundamentação ontológica para a diferença, retirando-a do lugar da "anormalidade" e colocando-a como expressão máxima da vitalidade. Além disso, o conceito de transvivência fornece uma nova lente ética e política para o ativismo, deslocando o foco da simples "aceitação" para o reconhecimento de que todos os sujeitos são nós de uma rede de implicações em eterno devir.

Dessa forma, o artigo faz avançar a filosofia da diferença ao retirar o devir do campo puramente abstrato e encarná-lo na materialidade dos corpos trans. Ao propor que a transvivência é a própria atualização da diferença em si, o trabalho supera a visão da diferença como simples oposição ao mesmo ou à norma. Ele oferece uma contribuição original ao demonstrar que a subjetividade trans não é um desvio da natureza, mas manifestação autêntica do ser, permitindo que se reconheça que a vida se expande justamente onde o equilíbrio se rompe.

Referências

- BATESON, G. **Steps to an Ecology of Mind: Collected Essays in Anthropology, Psychiatry, Evolution, and Epistemology**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BERGSON, Henri. **Ensaio sobre os dados imediatos da consciência**. São Paulo: Edipro, 2020.
- BERGSON, Henri. **Evolução criadora**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (1995) **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. v.2**. Rio de Janeiro: Ed.34.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (1996) **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. v.3**. Rio de Janeiro: Ed.34.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. (1997) **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia. v.4**. Rio de Janeiro: Ed.34.
- DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: 34, 1999.
- DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FESTINGER, Leon. **Teoria da Dissonância Cognitiva**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- GRIFFIN, Em. **A First Look at Communication Theory**. McGraw Hill, 1997. Disponível em: <<http://www.afirstlook.com/archive/groupthink.cfm?source=archther>>.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- PRIGOGINE, Ilya. **O Fim das Certezas - Tempo, Caos e Leis da Natureza**. São Paulo: UNESP, 1996.
- MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athena, 2001.
- PIAGET, Jean. **Biologia e conhecimento: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognitivos**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SIMMEL, Georg. **Conflict & the web of group-affiliations**. New York: Free Press, 1964.
- SOUZA, José Cavalcante (org). **Os pré-socráticos**. São Paulo, Nova Cultural, 1996.